

CRAS, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: Assentamento Santa Felicidade em Dourados MS, Vulnerabilidades e Riscos, Proteções e Desproteções.

Margarete Medina Maciel

Secretaria Municipal de Assistência Social – Dourados MS
margaretemmaciel@gmail.com

Ledi Ferla

Secretaria Municipal de Assistência Social - Dourados MS
le_ferla@outlook.com

Resumo: Este artigo busca analisar as vulnerabilidades e riscos, proteções e desproteções do Assentamento Santa Felicidade, localizado no município de Dourados MS, referente à atuação da equipe de referência do CRAS Jóquei Clube, no período de 2019 à 2023. O artigo apresenta um debate conceitual sobre CRAS, território e territorialidade, e explora, a partir daí, sua relevância para a consolidação do SUAS e das propostas de ações públicas de assistência social, formuladas e implementadas territorialmente no âmbito da proteção social básica. Para tanto, empregou-se pesquisa bibliográfica e documental. Análise de instrumentos técnicos documental do Centro de Referência de Assistência Social, como o Plano de ação, Regimento Interno e Relatório Mensal de Atendimento, para obter esclarecimentos sobre as práticas da equipe de referência, bem como, documentos da Defesa Civil e Agência de Habitação Popular. Para levantamento de dados estatísticos foi possível acessar a Base de Dados da Central de Cadastro Único Federal e Relatório Mensal de Atendimentos. Ao final, foi conduzida uma análise comparativa dos dados coletados, com especial atenção às demandas e articulações realizadas pela equipe de referência. Para aprofundar a compreensão, foram aplicadas entrevistas estruturadas com os três técnicos do PAIF, utilizando a ferramenta do Google Forms para coletar as respostas. Essa abordagem sistemática e organizada facilitou a análise dos dados. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas informais in loco com duas usuárias, moradoras do Assentamento Santa Felicidade, abordando o histórico da ocupação e as dificuldades enfrentadas pela comunidade.

Palavra-Chave: CRAS; Território e Territorialidades; Vulnerabilidades e Riscos; Assentamento Santa Felicidade.

Abstract: This article seeks to analyze the vulnerabilities and risks, protections and lack of protections of the Santa Felicidade Settlement, located in the municipality of Dourados MS, regarding the performance of the CRAS Jóquei Clube reference team, from 2019 to 2023. The article presents a conceptual debate on CRAS, territory and territoriality, and explores, from there, its relevance for the consolidation of SUAS and proposals for public social assistance actions, formulated and implemented territorially within the scope of basic social protection. To this end, bibliographic and documentary research was used. Analysis of technical documental instruments from the Social Assistance Reference Center, such as the Action Plan, Internal Regulations and Monthly Service Report, to obtain clarifications on the practices of the reference team, as well as documents from the Civil Defense and Popular Housing Agency. To collect statistical data, it was possible to access the Federal Single Registry Center Database and Monthly Service Report. At the end, a comparative analysis of the collected data was

conducted, with special attention to the demands and articulations made by the reference team. To deepen understanding, structured interviews were carried out with the three PAIF technicians, using the Google Forms tool to collect responses. This systematic and organized approach facilitated data analysis. Additionally, informal on-site interviews were carried out with two users, residents of the Santa Felicidade Settlement, addressing the history of the occupation and the difficulties faced by the community.

Keyword: CRAS; Territory and Territorialities; Vulnerabilities and Risks; Santa Felicidade Settlement.

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada no ano de 2004, introduz a preocupação com as desigualdades socioterritoriais em sua formulação, com base no que foi deliberado, após amplos debates na construção e implementação do SUAS, tendo como marco legal a Lei Orgânica de Assistência Social. Houve a necessidade de, em conjunto com as políticas de saúde e previdência social, a assistência social, nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 considerar a elaboração de estratégias para o enfrentamento da pobreza e desigualdades (BRASIL, 2016). Sendo assim, iniciou-se uma preocupação pela universalização dos direitos sociais, direcionando pelo enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas, uma vez que, historicamente, o Brasil convive com a realidade da pobreza e da fome desde o período da colonização, devido à concentração de renda, aumentando gradativamente a diferença entre os mais ricos e os mais pobres.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, o qual consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer sua função protetiva, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida, prevendo desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2012).

A Proteção Social Básica oferta programas, serviços, projetos e benefícios que visam a acolhida, convivência e socialização de famílias e indivíduos conforme situação vivenciada de risco e vulnerabilidade social (BRASIL, 2012). Tendo em vista que a base da oferta de serviços do CRAS se dá através do PAIF, que tem como premissa o acompanhamento familiar para o fortalecimento de vínculos familiares evitando-se assim, o rompimento de laços afetivos e, o SCFV que visa por meio de atividades grupais fortalecer os vínculos familiares e comunitários, incentivando o protagonismo das famílias na superação das vulnerabilidades sociais a que estão expostas (BRASIL, 2012).

Os profissionais que atuam nesses serviços podem observar questões para além da vulnerabilidade de renda, mas também questões de natureza relacionais, de saúde, habitacionais, de educação, cultura, dentre outras. E, caso necessário os técnicos de referência realizam os devidos encaminhamentos para outras políticas públicas ou outros serviços de proteção social especial, da rede socioassistencial, nos casos de situações de violação de direitos e desproteções sociais.

O artigo¹ tem por objetivo analisar as vulnerabilidades e riscos, proteções e desproteções do Assentamento Santa Felicidade, localizado no município de Dourados MS, referente à atuação da equipe de referência do CRAS Jóquei Clube, no período de 2019 à 2023. São decorrentes de inúmeros processos de exclusão social como pobreza, privação e perda de vínculos familiares, que remontam o processo de urbanização capitalista. O artigo analisa a Política de Assistência Social e sua relação com o território, observando as desigualdades sociais, analisando o território, e explorando a partir daí, sua relevância para a consolidação do SUAS e das propostas de ações públicas de assistência social, formuladas e implementadas territorialmente no âmbito da proteção social básica.

Com base em tal questão norteadora, este artigo tem início com a apresentação de um debate conceitual sobre CRAS, território e territorialidade. Esta perspectiva exige novos olhares para compreensão dos processos que levam diferentes grupos sociais a situações de vulnerabilidade e risco social, evidenciando também suas potencialidades.

É importante ressaltar que a equipe de referência do CRAS foi toda reestruturada em resposta a um Termo de Ajustamento de Conduta² que o município de Dourados enfrentou, devido às denúncias de irregularidades relacionadas à insuficiência de técnicos nas equipes de referência dos serviços assistenciais, descumprindo com as obrigações legais. Diante dessa nova perspectiva de atuação, e munidos de autonomia para organizar a gestão territorial, a equipe de referência iniciou os trabalhos com estudos, reuniões de rede e articulações necessárias advindas das necessidades que foram sendo identificadas pela equipe de referência.

Propõe-se compreender o território do Assentamento Santa Felicidade enquanto espaço de vivência de proteções e desproteções sociais, de vulnerabilidades, mas também de potencialidades, sua organização social, e como o CRAS oferta a proteção social básica às

¹ Resultado de trabalho de pesquisa realizado no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com ênfase em vigilância socioassistencial e supervisão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS juntamente com a Escola do Sistema Único de Assistência Social SUAS/MS “Mariluce Bittar”.

² Disponível em: <https://www.mpms.mp.br/noticias/2018/11/mpms-firma-tac-para-que-municipio-de-dourados-regularize-situacao-de-funcionarios-no-cras-e-no-creas> Acesso em: 08 jan. 2024.

famílias e indivíduos daquele território, oportunizando o acesso aos direitos sociais. Será pontuada a caracterização do território do Assentamento Santa Felicidade e suas especificidades, identificando, o histórico da organização social do território, caracterizando quem é a população que lá habita, qual sua origem, através de levantamento de dados que possam contribuir com a análise de suas especificidades enquanto ocupação urbana em áreas subnormais.

Dessa forma, com base na concepção de Cervo e Bervian, o método compreende “a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou resultado desejado” (1978, p. 17). A primeira etapa metodológica deste trabalho envolve uma pesquisa de referências bibliográficas e documentos, tanto diretos quanto indiretos. Foram analisados instrumentos técnicos documental do Centro de Referência de Assistência Social, como o Plano de ação, Regimento Interno e Relatório Mensal de Atendimento, para obter esclarecimentos sobre as práticas da equipe de referência, bem como, documentos da Defesa Civil e Agência de Habitação Popular. Para levantamento de dados estatísticos foi possível acessar a Base de Dados da Central de Cadastro Único Federal e Relatório Mensal de Atendimentos a fim de extrair e analisar dados relacionados aos atendimentos prestados aos usuários do Assentamento Santa Felicidade, bem como, as principais demandas advindas desses atendimentos.

Por fim, foi realizada uma análise comparativa dos dados coletados, com foco particular nas demandas e articulações realizadas pela equipe de referência. Nesse contexto, deu-se ênfase especial ao programa social Bolsa Família e aos dados da Regularização Fundiária Urbana e seus Mecanismos (REURB)³. Bem como, para aprofundar a compreensão e obter dados qualitativos aplicaram-se entrevistas estruturadas com três técnicos do PAIF e com duas usuárias, moradoras do Assentamento Santa Felicidade. Registre-se, ainda, que a experiência pessoal de uma das autoras em relação ao campo foi relevante no desenvolvimento da pesquisa. Como Coordenadora do CRAS Jóquei Clube de Dourados – MS, a autora teve a oportunidade de acompanhar todas as ações de articulação com a rede, efetuadas pela equipe de referência. Em relação às entrevistas com os três técnicos PAIF adotou-se a ferramenta do “Google Forms” para coletar as respostas, garantindo uma abordagem sistemática e organizada, facilitando, assim a análise dos dados. Com as usuárias, moradoras do Assentamento Santa

³ De acordo com a Lei nº 13.465, de 2017, a REURB é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

Felicidade foi realizado uma entrevista de campo, não estruturada, in loco, sobre o levantamento histórico da ocupação, bem como, as dificuldades enfrentadas pela comunidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Sistema Único de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) visa organizar e estruturar os serviços socioassistenciais em todo o país. Sua origem e evolução histórica refletem respostas às demandas sociais e às necessidades de proteção social da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis.

O SUAS foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, reformulado pela Lei 12.435 de 2011. Seu conteúdo está inserido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004. Ao longo dos anos, o Sistema passou por vários ordenamentos jurídicos, consolidando-se como uma referência na estruturação e implementação de ações socioassistenciais no Brasil.

O SUAS está organizado em dois níveis principais de proteção social, conforme estabelecido pelas normativas do sistema: A proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. O nível da Proteção Social Básica, conforme a PNAS, tem como objetivo prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços e programas de proteção social básica são voltados para a promoção de direitos e a melhoria das condições de vida da população, destacam-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os serviços de Proteção Social Básica estão detalhados minuciosamente na Tipificação Nacional dos Serviços Assistenciais (BRASIL, 2014, p. 12-27).

Já o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade é destinado às famílias e indivíduos que se encontram em alto risco social, eles garantem proteção integral por meio do acolhimento institucional que ofertam moradia, alimentação e cuidados básicos. Tais indivíduos precisam ser retirados, mesmo que temporariamente do seu núcleo familiar ou comunitário, devido à graves situações de violação de direitos a que estão submetidos. Destaca-se os abrigos, casas lar, residências inclusivas, dentre outros. Todos os Serviços de alta complexidade estão descritos na Tipificação Nacional dos Serviços Assistenciais (BRASIL, 2014, p. 43-58).

O SUAS representa um marco na organização e execução da política de assistência social no Brasil, estruturando-se em níveis de proteção social básica e especial para atender às diversas necessidades da população. Através de suas normativas e diretrizes, o Sistema busca promover a inclusão social, garantir direitos e fortalecer o protagonismo dos cidadãos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, encontram-se de forma detalhada, todos os Serviços descritos acima, tanto os de Proteção Social Básica, como os Serviços de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade (BRASIL, 2014).

Em seguida será apresentado o Assentamento Santa Felicidade, enquanto campo de pesquisa e locus de atuação dos serviços e benefícios ofertados no CRAS Jóquei Clube.

2.2 Assentamento Santa Felicidade, Vulnerabilidades e Riscos, Proteções e Desproteções

O Assentamento Santa Felicidade está localizado no município de Dourados, território de atendimento do CRAS Jóquei Clube. Trata-se de ocupação de uma área anteriormente desabitada, por grupo de famílias e indivíduos que não possuíam moradia adequada e buscavam o direito à habitação. O Assentamento Santa Felicidade surgiu devido à insuficiência de políticas habitacionais para atender à demanda da população de extrema vulnerabilidade social, sem moradia. O local possui acesso facilitado dos trabalhadores com empresas, principalmente da indústria alimentícia. Assim, a ocupação foi formada, gradativamente, por famílias advindas de todas as regiões do município, incluindo a população indígena, devido à reserva Jaguapiru e Bororó não ser suficiente para acomodar toda população das etnias Kaiowá, Gurani e Terena. Também, a partir de 2019 o assentamento recebeu um número significativo de migrantes venezuelanos, conforme SILVA:

As ações relativas à obtenção de trabalho, que ocorreram entre o Exército brasileiro e a Empresa Seara Alimentos Ltda, empregadora local, do ramo de frigorífico, pertencente ao Grupo JBS S.A., começaram no mês de janeiro de 2019, por meio da iniciativa de um venezuelano, que chegou por conta própria no município de Dourados e, ao buscar uma vaga de trabalho na referida empresa, relatou a existência de compatriotas, em Roraima, que careciam de empregos para recomeçarem a vida fora de seu Estado de origem (2020, p. 156).

Durante as entrevistas realizados com os moradores do Assentamento Santa Felicidade foi possível obter alguns levantamentos históricos importantes, contribuindo com informações valiosas para posterior análise, já que não foram encontrados documentos descritivos sobre o histórico da ocupação.

Segundo informação oral das usuárias, moradoras do Assentamento Santa Felicidade, realizado em fevereiro de 2024, o início da formação do Assentamento foi no dia 30 de março

de 2013 às 17:00 horas, onde 15 grupos de famílias entraram no terreno, montaram suas barracas feitas de lonas plástica e iniciaram a ocupação do espaço, que a princípio a população denominou “invasão” ou “favela do Jôquei”. Das 15 famílias originárias, apenas 04 ainda residem no local. De acordo com relatos, o terreno onde hoje é localizado o Assentamento Santa Felicidade fazia parte de uma fazenda que possuía dívida com a Prefeitura Municipal de Dourados. Os moradores lembram que naquela época, o proprietário da fazenda retirou o gado e alterou o posicionamento da cerca. Eles enfatizam que várias iniciativas de diálogo foram empreendidas envolvendo a Prefeitura e Vereadores incluindo reuniões na Câmara Municipal e Prefeitura. Segundo eles, durante essas reuniões foram discutidas propostas relacionadas a moradias e loteamentos⁴, visando inicialmente a remoção de tais famílias para outros locais e novos conjuntos habitacionais.

O Relatório geral da 5ª Conferência Municipal das Cidades, Dourados-MS, publicado no Diário Oficial do Município de Dourados, nº 3.606 de 12 de Novembro de 2013, relata a proposta de “construção de 149 unidades habitacionais, do Residencial Santa Felicidade no Município de Dourados, para as famílias participantes de Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN).” No Diário Oficial do Município de Dourados, nº 3.636 de 30 de dezembro de 2013, podemos constatar a informação:

[...] Projeto de Lei nº 137/2013 (32) de autoria do Poder Executivo, que o autoriza a alienar de forma subsidiada, lotes de sua propriedade a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – entidades – loteamento social Santa Felicidade. (DOURADOS, 2013a)

Durante as entrevistas realizadas com as moradoras, in loco, surgiram diversas percepções das dificuldades enfrentadas pela comunidade, pois apesar de tentativas do poder público em resolver a situação, nada foi concretizado, e a população do assentamento foi aumentando, gradativamente e junto com esse aumento, vieram os problemas de vulnerabilidade social e comunitária.

Considerando as ocupações urbanas em “aglomerados subnormais”⁵ irregulares, nota-se um considerável fluxo migratório entre os moradores, intensificando a carência de serviços públicos, como saúde, educação, transporte, saneamento básico e em especial a segurança alimentar. Nas áreas do assentamento, é visível a presença de diversos núcleos familiares compostos por imigrantes venezuelanos, famílias indígenas, e migrantes de outros Estados,

⁴“Prefeitura de Dourados aguarda aprovação de mais 5.700 casas,” O Progresso, <https://www.progresso.com.br/variedades/pets/prefeitura-de-dourados-aguarda-aprovacao-de-mais-5-700-casas/102222/>. Acesso em 15 fev. 24.

⁵ Termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para caracterizar um fenômeno comum em todo o mundo, as moradias irregulares.

contribuindo para caracterizar esse território como um dos que apresentam os mais elevados índices de famílias em situação de extrema pobreza de Dourados. Como a maioria dos municípios brasileiros de médio, grande porte e metrópoles, existem ocupações subnormais devido a incidência de famílias e grupos étnicos excluídos, como analisa Ferla em relação ao município de Dourados:

O município de Dourados é formado pelas diversidades e pluralidades de povos e raças por ser um território onde habita um dos maiores grupos indígenas do País, ultrapassando quinze mil pessoas, bem como a presença de afrodescendentes e migrantes (especialmente nordestinos e brasiguaios). Do mesmo modo que possui acampamentos de sem-terra e de indígenas. Recentemente, o município está recendo imigrantes venezuelanos e haitianos em vasto número (2023, p. 26).

De acordo com a base de dados para Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD 2.0)⁶, o município de Dourados MS possui 37.394 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo 5.458 cadastradas no território do CRAS Jóquei Clube, totalizando 13.527 pessoas. Referente a famílias estrangeiras, 659, totalizando 1.419 pessoas e 60 famílias indígenas, totalizando 177 pessoas. No Assentamento Santa Felicidade temos 324 famílias cadastradas, sendo 185 famílias beneficiárias no ⁷Programa Bolsa Família, 19 famílias indígenas e 141 famílias de imigrantes. De acordo com o Relatório Mensal de Atendimento dos técnicos PAIF é possível observar uma alta demanda mensal de atendimentos referente aos moradores do assentamento, tanto para solicitação do benefício eventual de auxílio alimentação, como para, atualização, desbloqueio ou descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.

É importante destacar que a maioria das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família é formada por núcleo de famílias monoparental, sendo as mulheres chefe de família, responsáveis pelo sustento dos seus filhos.

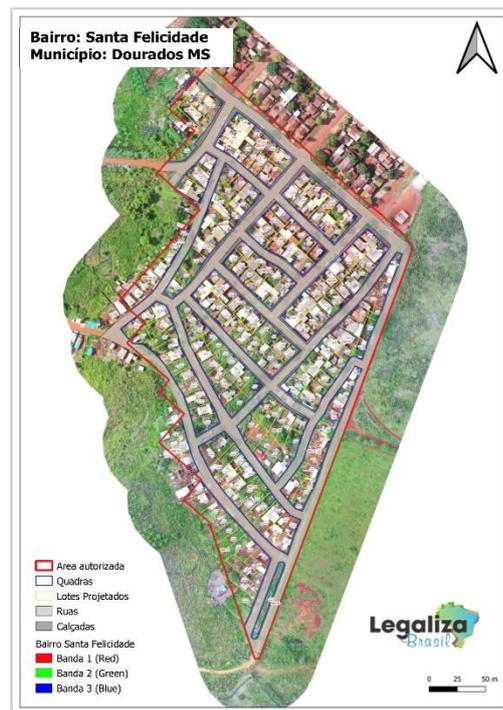
Com o aumento da população do Assentamento Santa Felicidade de forma mais expressiva nos últimos 3 anos, em 2023, iniciou-se pela Prefeitura Municipal de Dourados um trabalho de regularização fundiária respaldada pela Lei Federal nº 13.465, de 2017, conhecida

⁶ CECAD 2.0. Esta ferramenta permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda etc.) bem como saber quais famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php> acesso em 16/01/2024

⁷ O Programa Bolsa Família é um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família contribui para o resgate da dignidade e da cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares, por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho.

como Regularização Fundiária Urbana (REURB). Essa legislação abrange um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com o propósito de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e de conceder titulação aos seus ocupantes. Trata-se de uma política pública direcionada à regularização de ocupações informais. Segue ao lado, imagem do Assentamento Santa Felicidade, extraído desse estudo.

Mapa 01: Assentamento Santa Felicidade de Dourados MS.



Fonte: Legaliza Brasil, AGEHAB, 2023

No Parecer da Defesa Civil de Dourados referente ao projeto de regularização fundiária da Comunidade Santa Felicidade, são identificadas as vulnerabilidades e os riscos presentes no território:

A Comunidade Santa Felicidade caracteriza-se, modernamente, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE como sendo um Aglomerado Subnormal, que é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia - públicos ou privados - para fins de habitação em áreas urbana e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição a ocupação.

Neste sentido, se faz necessário destacar que áreas de risco são regiões onde existe a possibilidade concreta de um desastre, como resultado de uma ação antrópica inadequada sobre o ambiente físico, que pode resultar em prejuízos (DOURADOS, 2023, p. 01).

As fragilidades identificadas no Assentamento Santa Felicidade incluem a precariedade nas moradias, ausência de saneamento básico, falta de infraestrutura urbana adequada, distância

do centro urbano, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e escassez de vagas nas escolas locais. Além disso, a presença significativa de população indígena e venezuelanos adiciona complexidade ao contexto social e demanda atenção específica às suas necessidades e vulnerabilidades.

No caso específico da Comunidade Santa Felicidade, vemos atuando questões sociais envolvendo a imigração forçada de venezuelanos, a fragilidade socioeconômica da comunidade ali instalada, o que resulta em edificações frágeis em sua maioria. Ressalta-se, ainda, como uma grave problemática atual no local, a ausência de gerenciamento e coleta de resíduos sólidos. Essa situação é imperativa para o comprometimento da qualidade ambiental no local de ocupação, além de implicar numa situação de saúde pública para os moradores. Quanto a isso, destaca-se que o precário sistema viário existente na comunidade é característico de áreas de invasão, sendo implantado obedecendo à lógica de um processo de ocupação irregular, resultando em vias estreitas, sinuosas e sem gabarito, o que impede o acesso de caminhões do serviço de coleta de lixo no interior da comunidade. A ausência desse serviço motiva o despejo dos resíduos residenciais ao longo da área de várzea, nos quintais e até mesmo nas vias, o que compromete a qualidade ambiental, constituindo focos para vetores de doenças e epidemias (DOURADOS, 2023, p. 08).

Pode-se identificar pelo Parecer da Defesa Civil referente ao projeto de regularização fundiária da Comunidade Santa Felicidade, a complexidade de riscos que a população vivencia. Essas condições representam sérios riscos para a segurança e o bem-estar dos moradores, conforme destaca:

1. Incêndio, devido à grande quantidade de ligações irregulares de energia elétrica;
2. Biossegurança, pois não há viabilidade de coleta de lixo devido ao arruamento irregular favorecendo a proliferação de pragas urbanas;
3. Saúde Pública, pois não há fornecimento de água potável;
4. Alagamentos e enxurradas, pela região não ter drenagem de águas pluviais, e o terreno mais abaixo ser alagadiço, retendo a água da chuva;
5. Possível desabamento de edificações, pois são muitos barracos de lona na área alagável (DOURADOS, 2023, p. 09).

Do ponto de vista assistencial, pode-se identificar inúmeros riscos e vulnerabilidades a que estão expostas, em especial crianças, adolescentes, jovens e idosos da ocupação. Sem espaços para brincar, a única opção das crianças é permanecer nas ruas, sendo que muitas tiveram que abandonar os estudos devido à dificuldade de mobilidade e transporte, e vagas insuficientes nas escolas. Em relação aos adolescentes e jovens, também a grande maioria encontra-se fora da escola, muitos envolvidos no tráfico e distribuição de drogas, como uma forma de ganhar dinheiro rápido, já que os postos de trabalho para a juventude estão cada vez mais escassos devido à baixa qualificação e preparo profissional.

Essa realidade expõe principalmente adolescentes e jovens a incidência de violência, uso de drogas. Em relação aos vínculos familiares e comunitários, observou-se por meio do trabalho social com famílias realizado no CRAS, que os vínculos estão fragilizados devido a ausência

ou privação dos mínimos sociais de sobrevivência. A fome é uma realidade para grande maioria dessas famílias.

2.3 O CRAS Jóquei Clube e sua relação com o Território do Assentamento Santa Felicidade

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desempenha um papel fundamental como uma unidade essencial na estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. De acordo com as Orientações Técnicas, 2009, os CRAS preferencialmente devem estar localizados principalmente em áreas de maior vulnerabilidade social, e atua como porta de entrada para os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais destinados à população em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Nos CRAS são ofertados o Serviço de Atendimento e Proteção Integral às Famílias (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), como descreve as Orientações Técnicas do CRAS:

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados (BRASIL, 2009, p. 9).

Em suma, o CRAS atua como uma unidade estratégica no contexto da proteção social básica do SUAS, promovendo a inclusão social, prevenção de situações de vulnerabilidade, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e acesso a direitos socioassistenciais. Por meio de uma abordagem integrada e centrada nas necessidades das famílias e comunidades, o CRAS desempenha um papel vital na promoção da justiça social, equidade e desenvolvimento humano sustentável.

O trabalho social com famílias realizado pelo PAIF, segundo orientações da política, envolve todos os passos metodológicos de acolhida, ações particularizadas, ações comunitárias, encaminhamentos e oficinas com famílias.

O CRAS acolhe as famílias para acesso aos demais serviços do SUAS, assim como de outras políticas públicas setoriais. Além dos serviços do PAIF e SCFV, integra esses serviços com os benefícios assistenciais de transferência de renda: Bolsa Família e Benefício de

Prestação continuada, assim como de benefícios eventuais. Gerencia o Cadastro único Federal do Território, bem como, articula o trabalho em rede intersetorial e desenvolve Programas e Projetos. No caso da Unidade do bairro Jóquei Clube, atualmente está sendo desenvolvido o Projeto “Bienvenido”, destinado a atender às necessidades dos imigrantes venezuelanos que têm residido no território nos últimos anos.

No desenvolvimento do trabalho social com famílias, deve-se levar em consideração seu caráter preventivo e protetivo, sendo que prevenir ocorrências de riscos e vulnerabilidade requer ações técnicas planejadas para não se cair no ativismo e atender só ações emergenciais.

Para além da entrega de benefícios e atendimento às emergências, a atuação técnica proativa requer conhecimento do território, das vulnerabilidades e potencialidades da população. Construção de planos, elaborados de forma intersetorial, de modo que a ação seja eficaz, e promova os resultados desejados, com intenção de reduzir as desproteções sociais (FERLA, 2023 p. 84).

A proteção social nesse formato de atuação inclui a participação social dos usuários no planejamento e avaliação das ações do CRAS. A participação da sociedade é um desafio, pois nesse modelo democrático de gestão, gestores e técnicos precisam estar preparados para receber críticas inclusive. No CRAS Jóquei Clube foi instituído o Conselho Gestor⁸, formado em sua composição, de forma paritária, por usuários e servidores do CRAS. Importante destacar que o CRAS Jóquei Clube foi o primeiro CRAS no Município a incluir uma representante de usuários imigrante, garantindo assim, a representatividade e o controle social. Esses espaços de participação social nos CRAS contribuem na construção da segurança da autonomia. Nesse sentido nota-se que ainda é necessário avançar na busca da tão sonhada emancipação social, conforme analisa a autora:

A dimensão do protagonismo das famílias e indivíduos é condição necessária na evolução da sua autonomia e superação das vulnerabilidades. Desse modo, faz-se necessário identificar as vulnerabilidades, mas também as potencialidades das famílias e de seus territórios onde vivem. O incentivo das equipes dos CRAS à participação social em espaços de decisão e controle social, em especial nos Conselhos Municipais, Comitês locais, Conselhos Gestores, Associações, contribuem para o fortalecimento do protagonismo dos usuários. A população que vivencia cotidianamente as vulnerabilidades tem condições de se fazer ouvida, ao participar desses canais de decisão, assumindo cadeiras nos espaços de controle social (FERLA, 2023, p. 83).

A segurança de desenvolvimento de autonomia exige ações profissionais e sociais para: a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, 92 protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade; c) conquista de maior grau de independência

⁸ Os Conselhos Gestores do CRAS em Dourados foram criados por meio da Lei Municipal nº 3.715/2013.

pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e cidadãs sob contingências e vicissitudes. (BRASIL, 2005, p. 91)

Enquanto política de seguridade social a proteção social do SUAS é alicerçada pelas Seguranças Socioassistenciais de Acolhida, Segurança de Renda, Segurança de Convivência Familiar e Comunitária, Segurança de Autonomia e Segurança de Apoio e Auxílio. O público destinatário, de acordo com a PNAS são:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Para se definir as prioridades a fim de buscar responder de forma efetiva o trabalho social com famílias na perspectiva de resultados, faz-se necessário atuar com planejamento. Essa dimensão é de extrema relevância na superação de ações improvisadas. “Planejar para definir prioridades, devido às demandas que são inúmeras. Se as ações não forem priorizadas, a equipe acaba perdendo-se em atividades emergenciais, fragmentadas, que demandam tempo e pouca resolutividade” (FERLA, 2023 p. 153).

Em relação ao planejamento, o caderno de Orientações Técnicas do CRAS, ao se referir à sua importância, orienta:

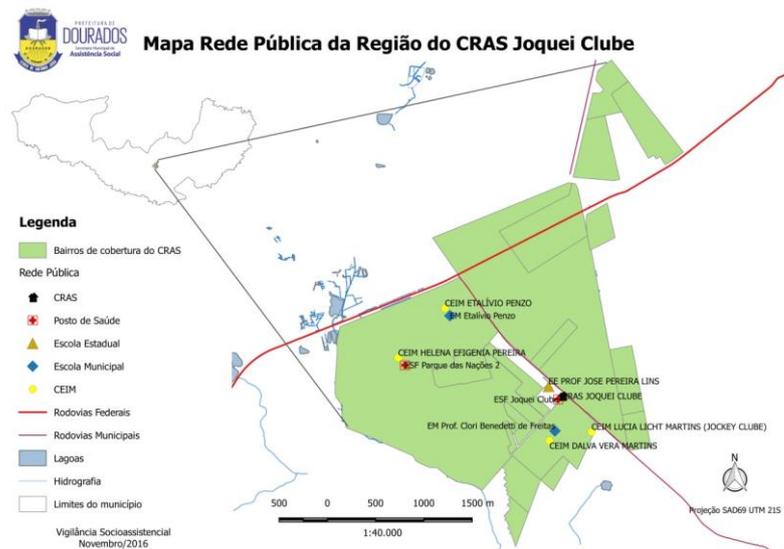
A partir da escolha da concepção de trabalho social com famílias do PAIF que será adotada, é importante que se desenhe a(s) metodologia(s) a ser(em) implantada(s), de acordo com as características dos territórios, planeje a organização do espaço físico, defina os equipamentos necessários, os processos de trabalho, a carga horária, e a rotina de planejamento das atividades semanais (acolhida, acompanhamento de famílias e de indivíduos, grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas, visitas domiciliares, busca ativa, atividades coletivas – campanhas, palestras – e acompanhamento dos serviços prestados no território de abrangência do CRAS (BRASIL, 2009, p. 40).

O Diagnóstico Socioterritorial de Dourados realizado em 2017 apresenta 09 Centros de Referência da Assistência Social. De 2017 a 2018 ocorreram o fechamento do CRAS Central e CRAS Parque das Nações I, acarretando na migração dos territórios do CRAS Parque das Nações I para o CRAS Jóquei Clube.

Atualmente o CRAS Jóquei Clube está com 49 bairros referenciados. Em 2017, último ano em que foi realizado o Diagnóstico Socioterritorial, de acordo com os dados do Cadastro Único Federal, base 2016, o município de Dourados estava com 23.533 famílias cadastradas e 09 Centros de Referências para atender a demanda.

O CRAS Jóquei Clube está localizado na zona sudoeste do município de Dourados, possui capacidade de referenciar 5.000 famílias que vivem nos 19 bairros que constituem o Território de Assistência Social do CRAS Jóquei Clube. Foi inaugurado em 2009 e passou por ampla reforma em 2014/2015. O equipamento possui boa infraestrutura com salas para atendimentos, para os serviços de convivência, cozinha, banheiros, recepção, salas para coordenação e equipe técnica (SEMAS, 2017, p. 125).

Mapa 02: Mapa do território do CRAS Jóquei Clube.



Fonte: Diagnóstico socioterritorial de Dourados/2017

O CRAS está localizado próximo às áreas de maior vulnerabilidade social do território, com boa visibilidade, facilitando, assim o acesso da população, em cumprimento ao que determina o SUAS, nos aspectos de se considerar as especificidades territoriais. Porém, é necessário considerar que está atendendo com uma equipe mínima um território muito maior, cabendo a implantação de novo CRAS, ou de mais uma equipe volante, para acesso às famílias mais distantes do território, como é o caso do Parque das Nações I, que se encontra do outro lado da BR 163, que liga Dourados à Campo Grande. Com o fechamento do CRAS do Parque I, Em 2018, as famílias tem que atravessar a BR para chegar até o CRAS, descumprindo com as orientações de acessibilidade e territorialidade.

A abordagem territorial se dá através da operacionalização do SUAS, reconhecendo os territórios como o local onde vivem as pessoas. Essa abordagem territorial confronta a dinâmica real da sociedade, pois torna visíveis setores invisíveis ou excluídos das estatísticas tradicionais, sendo que, através dela é possível compreender as necessidades e demandas das populações, uma vez em que dá visibilidade a segmentos antes considerados invisíveis.

Em 2023 o município conta com 37.394 famílias cadastradas e 07 Centros de Referência, sendo apenas um com equipe volante. O CRAS Jóquei Clube, de acordo com a base

de dados do Cadastro Único Federal, até dezembro de 2023, estava com 5.458 famílias cadastradas, sendo 13.527 pessoas referenciadas. Esses dados são importantes para demonstrar a necessidade urgente de Diagnóstico Socioterritorial atualizado, bem como a implantação de Centros de Referência de Assistência Social e rever o quantitativo de equipe de referência que está insuficiente pela alta demanda de todos os CRAS.

Em relação à estrutura física, verifica-se que o espaço físico do CRAS está de acordo com a maioria das diretrizes e orientações técnicas do MDS, descritas no Caderno: Melhoria da Estrutura Física para o Aprimoramento dos Serviços: Orientações para os Gestores e Projetistas Municipais. (BRASIL, 2009 b).

O CRAS possui “área de transição, recepção, área multiuso, área de atendimento e instalações sanitárias” (BRASIL, 2009 b, p. 30). A sala de atendimento particularizado é ampla, porém, é de uso coletivo dos três técnicos PAIF. O prédio possui um amplo espaço de salão onde são realizadas as reuniões com famílias, acomodando mais de 150 pessoas sentadas. Possui acessibilidade em partes, uma vez que não segue todas as normas necessárias para garantir esse direito, como por exemplo, a falta de rampa para entrar nas salas de atendimento ou do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, dificultando o acesso de idosos e usuários que utilizam cadeira de rodas. Além disso, possui ampla cozinha e salas para oficinas do SCFV e sala da coordenação. Segundo o caderno de orientações técnicas, quanto ao imóvel do CRAS deve-se observar:

a) imóveis que permitam condição adequada de acesso a pelo menos uma entrada do edifício; b) imóveis que permitam a existência de rota acessível às principais funções do CRAS. Nesse caso, em edificações com mais de um nível ou pavimento, todas as funções típicas do CRAS devem ser ofertadas no nível acessível; c) imóveis que permitam a padronização de todas as portas, externas e internas, da edificação com dimensão mínima de 0,80/0,90m, com verificação in loco de possibilidade real de manobra por pessoas em cadeiras de roda (PCR); d) imóveis que garantam acesso real a pelo menos um vaso sanitário e a um lavatório por pessoas com deficiência (BRASIL, 2009 a, p. 43).

Nota-se que espaços amplos, acessíveis, arejados, bem decorados e bem equipados com ar condicionados, mesas e cadeiras em boas condições de uso, computadores para uso de todos os técnicos de referências, com acesso à internet, veículo exclusivo para as visitas técnicas, são fatores importantes tanto na acolhida e acompanhamento dos usuários, como na garantia de condições dignas de trabalho às equipes. Como o espaço físico é muito utilizado pela comunidade, está precisando novamente de reforma, pois a pintura está deteriorada, os ar condicionados estão sem manutenção, sendo que a sala de atendimento do Cadastro Único Federal, as salas dos grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos,

Recepção, Sala dos Administrativos e salão principal não possuem ar condicionado. A parte elétrica e hidráulica também necessitam de reparos.

No território existem quatro Unidades Básicas da Saúde (UBS), sete Centros de Educação Infantil Municipal, cinco Escolas Municipais e duas Estaduais. Além dos aparelhos estatais destaca-se a presença de organizações da sociedade civil (OSCs) como Instituto Fuziy, Casa Criança Feliz, a Fraternidade de Aliança Toca de Assis e uma Unidade de Acolhimento de Pessoas Adultas e com Deficiência. Também o Centro de Convivência do Idoso Parque das Nações Maria Martiniano de Brito e a Praça da Juventude.

A equipe de referência do CRAS é formada por 3 técnicos do PAIF, sendo dois assistentes sociais e uma psicóloga. Uma Coordenadora de nível superior com a formação em pedagogia. Uma técnica de referência e um orientador social e um técnico administrativo, sendo responsável pelas entrevistas do CADUNICO, ficando a recepção e demais serviços sem esse profissional.

A equipe de referência destaca a insuficiência de técnicos administrativos, enfatizando as dificuldades que a falta traz, prejudicando os atendimentos e sobrecarregando os outros profissionais, destacando o fato de 03 técnicos administrativos serem remanejados sem substituição dos servidores. Sugere-se também a ampliação dos técnicos de referência, que devido a grande demanda do território, poderia ser formada, conforme a experiência da autora como coordenadora de CRAS, por quatro assistentes sociais e dois psicólogos, assim como seis técnicos de nível médio para auxiliar nos atendimentos que são necessários a partir das demandas identificadas pela equipe de referência. Nota-se a importância da Secretaria Nacional de Assistência Social e CNAS rever o quantitativo das equipes mínimas do CRAS, baixando novas normativas. Fato esse, sempre destacado nas Conferências Municipais de Assistência Social do Município de Dourados.

Enquanto território demarca um espaço físico, para Dirce Koga o território só ganha sentido se associado ao sujeito, pois a “noção de território se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam” (KOGA, 2001, p. 17).

O entendimento de território vai além do sentido restrito apenas como espaço geográfico, ele é concebido numa dimensão relacional presente nesses processos. Destaca-se a importância em compreender o território como além de uma área geográfica, como também, compreender o território como um espaço de construção de identidades, significados e práticas sociais.

Nessa perspectiva DIAS expõem:

E para compreender o território, é necessário compreender um fator importante que diz respeito a apropriação do território, ou seja, a territorialidade. Este termo se refere ao reconhecimento do território, considerando a vivência dos sujeitos, suas experiências de vida, assim como as próprias intervenções humanas naquele território (2016, p. 12).

Assim, nas percepções de DIAS (2016), é possível compreender a territorialidade como as interações e relações sociais que ocorrem nesse território, incluindo as maneiras como as pessoas se relacionam com o espaço físico e com outros que compartilham o mesmo território.

Essa compreensão do território do Assentamento Santa Felicidade, sua dinâmica de organização, os desafios presentes, a necessidade de legalização fundiária, fez com que a equipe técnica saísse do conforto de suas salas, para literalmente colocar o pé no barro, junto com a população. Essa postura proativa faz a dinâmica de reivindicações por direitos acontecer, colocando o CRAS como o lócus de organização do movimento por moradia digna, por dignidade, por melhores condições de vida.

Foi constatado pela equipe de referência a necessidade de auxílio alimentação às famílias indígenas moradoras do Assentamento Santa Felicidade, em entendimento a grande vulnerabilidade social e cultural que a vida na cidade oferta para essa população, como evidenciado na fala do Técnico de Referência 03 “A Equipe PAIF articulou com a Habitação para garantir o acesso à moradia digna e também foi responsável pela articulação com a FUNAI para que as famílias indígenas do local tivessem acesso ao benefício auxílio alimentação (Cestas Básicas)”.

Foi articulado através de ofício para Brasília, reuniões e visita técnica no Assentamento Santa Felicidade, e garantia de auxílio alimentação para as famílias acompanhadas pelo CRAS, uma vez, que o benefício eventual municipal não é suficiente, nem regular, e muitas vezes, chegando a ficar até 06 meses sem o benefício, por demora em licitação.

Imagem 01: Reunião e Visita Técnica - Equipe CRAS Jóquei Clube e FUNAI



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Diante do início dos trabalhos de georreferenciamento para regularização fundiária da AGEHAB no Assentamento Santa Felicidade, identificou-se várias demandas advindas da população, como: medo, insegurança, angústia e falta de esclarecimento. A Equipe de referência solicitou, através de Comunicação Interna, reuniões para discussão sobre o georreferenciamento. Dessa forma, iniciou-se um trabalho em rede entre o CRAS e a AGEHAB com a finalidade de garantir os direitos da população do Assentamento, bem como, gerenciar as demandas que foram sendo identificadas, principalmente na etapa do “selamento”, onde a equipe contratada pela AGEHAB identificava os moradores e entregava para a família o selo da moradia. Essa etapa gerou vários conflitos entre os moradores, sobre titularidade, venda do selo, ameaças, violência e aumento da população, advinda da oportunidade de receber um lote, entre outros problemas identificados. Nessa etapa, muitas moradias “não finalizadas” não recebiam o selo.

Segue abaixo, registro da Reunião solicitada pelo CRAS com as famílias beneficiárias do Projeto de Regularização Fundiária, denominada como “Vida Nova Santa Felicidade”, com a presença da AGEHAB, Secretaria de Obras Públicas, Guarda Municipal e Defesa Civil, Conselho Gestor do CRAS e lideranças comunitárias. A reunião discutiu tratativas sobre as próximas etapas do projeto, como o preparo para receber os técnicos e o cuidado com os aspectos urbanísticos e estruturais que serão implantados, assim como, a problemática da necessidade de remover ou alocar algumas famílias. Também, sobre os benefícios que o projeto trará como: asfalto, saneamento básico, infraestrutura para receber equipamentos públicos e serviços.

Imagem 02: Reunião com a população do Assentamento Santa Felicidade - Articulação Equipe de Referência CRAS Jóquei Clube e AGEHAB:



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Diante do Parecer da Defesa Civil quanto ao projeto de regularização fundiária da Comunidade Santa Felicidade, observou-se a impossibilidade de parecer favorável em uma parte do terreno, pois apresentam alto índice de risco, não permitindo a construção de habitações seguras, conforme destacado pelo Parecer: “Que seja vedada a urbanização das áreas de várzea, fundos de vale e demais locais que exponha a população à condição de risco e alta vulnerabilidade ambiental” (2023, p. 09), conforme a área de restrição observado no mapa abaixo:

Mapa 03: Mapa do limite da área Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) e Área de Uso Misto (AUM) do Assentamento Santa Felicidade.



Fonte: Parecer da Defesa Civil quanto ao projeto de regularização fundiária da Comunidade Santa Felicidade. (2023)

Como pode ser observado no mapa acima, a área que apresenta alto índice de risco foi ocupada, em sua maioria por imigrantes venezuelanos. Foi pontuado em reunião com a Defesa Civil, e também observado pela equipe de referência do CRAS em visita técnica, que a todo o momento surgem novas construções em direção ao fundo do vale, caracterizando urgência em medidas de remoção ou alocação das famílias que ali se encontram para outros espaços ou alojamentos.

Diante dessas articulações, observa-se que compreender o território e a territorialidade é essencial para garantir que as políticas sociais estejam alinhadas com as reais necessidades e características de cada comunidade, reconhecendo e valorizando a diversidade presente, enquanto identidade territorial. Segue abaixo, registro de visita técnica no assentamento para identificação dos lotes sem ocupação e conscientização da população para não invadirem os lotes desocupados.

Imagem 03: Visita Técnica – Equipe CRAS Jóquei Clube / AGEHAB e Guarda Municipal



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece diretrizes e princípios para a organização e execução da assistência social no Brasil. Vários pontos da PNAS refletem a perspectiva socioterritorial, destacando a importância de considerar as particularidades de cada território na formulação e implementação das políticas sociais. Como os que podem ser observados:

[...] A Política Nacional de Assistência Social traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz a diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais da sua configuração (PNAS, 2004, p. 14).

[...] É necessário relacionar as pessoas e seus territórios, no caso os municípios que, do ponto de vista federal, são a menor escala administrativa governamental. O município, por sua vez, poderá ter territorialização intraurbana, já na condição de outra totalidade que não é a nação (Op. cit., p. 15).

[...] Ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira, tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (Id., p. 16).

[...] Quando afirma que, “ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida (Id., p. 44).

A perspectiva socioterritorial na assistência social é uma abordagem que reconhece a importância dos aspectos territoriais na formulação e implementação das políticas sociais. Ao adotar essa perspectiva, é possível entender as necessidades e demandas das comunidades em diferentes áreas geográficas, permitindo que a equipe de referência consiga identificar os grupos vulneráveis e em situação de risco social.

Além disso, ao considerar a dimensão territorial, torna-se possível identificar e mobilizar recursos locais, estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil e outras instituições locais, promover a participação comunitária e fortalecer redes de apoio social, como podemos destacar na fala do Técnico de Referência 02:

A equipe PAIF sempre prezou pela gestão territorial, pela escuta coletiva dos usuários, pela leitura estrutural dos problemas do território e em formas de coletivizar as demandas e buscar parcerias para demonstrar que existem pessoas que estão com direitos violados e necessitam da atenção do Estado. Com ofícios, CIs, reuniões, ações coletivas como reuniões de mulheres, reuniões com o conselho gestor, atendimentos técnicos as famílias em situações de calamidade, ações conjuntas para garantir documentação, cadastrar e levantar demandas de habitação, atendimentos relacionados à imigração, ações de lazer e cultura como levar a população ao teatro, levar aulas de circo para o assentamento, trazer artistas para o CRAS para realizar apresentações para esse público, judicialização de processos de aposentadoria com a parceria da UFGD, atendimentos para encaminhamentos para a defensoria para garantia de direitos, reuniões com outras Secretarias para solicitar que a população do assentamento sejam atendidas em suas necessidades e acima de tudo, em seus direitos. (Técnico de Referência 02)

Evidencia-se o trabalho de articulação em rede da equipe de referência em ações coletivas com a preocupação em garantia de direitos. Podemos citar a articulação com a UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), para duas ações de caráter coletivo, sendo a primeira para atendimento e orientação jurídica e a outra ação, voltada para a regularização de documentação de imigrantes. Referente a “Arte e Cultura” destacamos a articulação com “Palhaços sem Fronteira”, “Coletivo Clandestino – Teatro de Rua” e apresentação de teatro “Era uma vez Em la Fronteira Selvagem”.

Imagem 04: Apresentação de Teatro Coletivo Clandestino no Assentamento Santa Felicidade



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Dessa forma, a perspectiva socioterritorial na assistência social, busca ampliar o alcance e a efetividade das políticas sociais, através da compreensão de território e territorialidades, garantindo que os usuários em situação de vulnerabilidades possam acessar os serviços e benefícios necessários para sua proteção básica.

Do ponto de vista dos desafios enfrentados pela equipe de referência diante dos atendimentos do PAIF no Assentamento Santa Felicidade, os Técnicos relatam o desafio preventivo dos serviços considerando a vulnerabilidade e a violação de direitos que se caracteriza nesse território, também, pontuado pelo Técnico de Referência⁰³, “o difícil acesso, em dias de chuva, pois o carro não entra nas ruas, comprovação de endereço dos moradores e por não estar georreferenciado, somos a única política pública com ação efetiva no Santa Felicidade”.

A inexistência de políticas públicas de todos os tipos. Habitação, saneamento básico, acesso a saúde, por ser fora de área, não há equipe de ACS para realizar os acompanhamentos, falta de vagas em escolas e creches, o que dificulta muito a independência das mães e que configura também dependência financeira em muitas situações de violência doméstica. É muito complicado realizar um acompanhamento PAIF, quando as inseguranças e violações de direito por parte do Estado são tão gritantes, pois por mais que se oriente e encaminhe a família, não há muito o que elas possam fazer. Resta a judicialização que também é um processo longo e complexo. Além da política de segurança alimentar que é inexistente no município, e os problemas que o próprio CRAS enfrenta em relação ao acesso e concessão de benefícios eventuais. (Técnico de Referência 02)

A Equipe de Referência pontua os desafios da gestão territorial levando em consideração as orientações nacionais fundamentadas na implementação dos serviços socioassistenciais de forma articulada às demais políticas sociais em territórios de vulnerabilidade social. A questão está em como se deu esse processo e sobre as exigências crescentes de um envolvimento muito maior da assistência social em relação às demais políticas sociais. Essa realidade impôs a equipe do CRAS uma sobrecarga de demandas vindas de outras políticas sem a correspondente estrutura organizacional e material para respondê-las adequadamente, resultando na busca por articulação intersetorial e referenciamento da rede socioassistencial.

Quando questionados sobre as necessidades emergentes das populações vulneráveis identificadas no Assentamento Santa Felicidade, o Técnico de Referência⁰¹ observa “A equipe do CRAS Jóquei Clube se caracteriza como espaço de escuta qualificada junto ao usuário e oferece um serviço socioassistencial conforme a demanda apresentada pelos indivíduos e famílias buscando garantir os encaminhamentos necessários”.

A equipe de referência do CRAS, atendia a esta comunidade, de forma a coletivizar as demandas, principalmente referente às violações de direitos cometidas pelo Estado. Sempre atentos às necessidades coletivas, buscávamos parcerias com instituições que trabalham com garantia de direitos, para tentar resolver as problemáticas existentes. Como UFGD, para regularização de documentação de imigrantes, judicialização de aposentadorias, a partir da faculdade de direito, cadastro de habitação e inúmeras reuniões com a secretaria de habitação municipal, para mostrar a problemática estrutural do município, se tratando de garantia de direitos. Além de parcerias com artistas para trazer ao assentamento vivências de teatro, dança, circo, garantindo o

acesso a lazer e esporte que não é oferecido pela gestão municipal. Além de fortalecer a atuação do conselho gestor (Técnico de Referência 02).

Nesse complexo contexto, os dados coletados evidenciam que a execução das ações de gestão territorial se dá de forma a garantir os direitos que são identificados, porém destacam-se a baixa institucionalização das relações intersetoriais, pois apesar de se fazerem presentes em reuniões de rede, e seguindo o protocolo de encaminhamento e contrarreferenciamento, muitas das vezes, não se obtém respostas. Destaca-se nesse ponto, a alta participação dos usuários, tanto nas atividades coletivas e comunitárias, quanto nos processos de planejamento e avaliação das ações do CRAS. O Conselho Gestor, com os representantes de usuários são participativos e atuantes, bem como lideranças comunitárias, corroborando na efetivação da gestão territorial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sobre o território é a base para a atuação da equipe de referência. A partir disso, são criados os mecanismos necessários para intervir na realidade social, visando facilitar o acesso aos direitos sociais e aos serviços oferecidos.

A presente análise buscou dar enfoque na compreensão do território do Assentamento Santa Felicidade enquanto espaço de vivência de proteções e desproteções sociais, de vulnerabilidades, mas também de potencialidades, a partir das percepções da equipe de referência.

Assim, na visão da equipe de referência, o principal ponto que impede que as políticas públicas acessem o local é o não georreferenciamento, o que dificulta equipes de outras políticas públicas atuarem efetivamente, situação que começou a ser superada após articulação da Equipe PAIF com as outras políticas.

Quanto às vulnerabilidades e riscos, proteções e desproteções sociais identificadas no território a partir da análise da equipe PAIF foi possível destacar: Vulnerabilidade Social e Econômica: extrema pobreza, desemprego, acesso limitado a serviços básicos, falta de moradia adequada e dificuldade de documentação; Vulnerabilidade Jurídica: necessidade de judicialização de processos de aposentadoria, dificuldades no acesso à previdência social, garantia de direitos legais, como posse de terra e acesso a serviços; Risco de Exclusão e Marginalização: fragilidade estrutural das instituições governamentais na oferta dos direitos básicos; Vulnerabilidade Ambiental: frequente ocorrência de situações de calamidade pública; Risco de Violência Doméstica e Dependência Financeira: falta de vagas em creches e escolas, contribui para dependência financeira das mães, insuficiência de políticas públicas para as mulheres; Risco de Insegurança e Violência e falta de cobertura da saúde pública: insuficiência

de rondas policiais e inexistência de equipe de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para realizar acompanhamentos. Sugere uma comunidade de insegurança e violência estrutural; Vulnerabilidade na desigualdade de acesso a benefícios sociais: os problemas enfrentados pelo CRAS em relação à concessão de benefícios eventuais indicam pouco acesso aos recursos disponíveis, podendo resultar na exclusão das famílias que mais necessitam de apoio social e econômico.

No geral, a combinação de falta de políticas públicas, insegurança socioeconômica, violência doméstica e obstáculos no acesso aos serviços essenciais contribuem para um ambiente de extrema vulnerabilidade. É importante reconhecer e destacar as principais proteções sociais articuladas pela equipe de referência para mitigar esses problemas, como: rede de apoio intersetorial, organizações não governamentais e articulações com líderes comunitários. Parcerias com instituições governamentais, como a Universidade Federal da Grande Dourados, para o fornecimento de assistência jurídica e técnica para garantia de direitos básicos. Reuniões coletivas, grupos para discussões de temas relevantes para a comunidade. Embora essas proteções possam não resolver todos os desafios enfrentados pela comunidade, elas podem oferecer recursos valiosos e estratégias para enfrentar adversidades e promover o bem-estar coletivo.

Para finalizar, é importante ressaltar que os trabalhos no território do Assentamento Santa Felicidade não se encerram. O processo de georreferenciamento está em andamento, necessitando a participação do CRAS no território, atuando na defesa dos direitos. É necessária uma compreensão do território não apenas como espaço no qual as unidades se situam, mas como algo a ser transformado em si mesmo, em uma visão estratégica da proteção social. Atento a essa realidade, existe muito trabalho a ser feito. Esse artigo espera estimular o debate, bem como contribuir, na compreensão das populações que residem no assentamento.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 14 de jan. 2024.

BRASIL. MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 2004.

BRASIL. MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS**. Brasília, 2009a.

BRASIL. MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas do PAIF. Vol 1.** O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Assistenciais. 1ª edição. Brasília, 2012.

BRASIL. MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Melhoria da Estrutura Física para o Aprimoramento dos Serviços: Orientações para os Gestores e Projetistas Municipais.** Brasília, 2009 b.

BRASIL. MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB/RH/SUAS.** Brasília: 2005. Reimpresso em 2009.

BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em: 01 fev. 2024.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para o uso dos estudantes universitários.** 3ª ed. McGraw-Hill do Brasil. São Paulo: 1978.

DIAS, Odilene. **Política De Assistência Social e a Territorialização.** UFPR, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/54187/R%20-%20E%20-%20ODILENE%20DIAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 de mar. 2024.

DOURADOS, Defesa Civil. **Parecer da Defesa Civil de Dourados referente ao projeto de regularização fundiária da Comunidade Santa Felicidade.** Dourados: 2023.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. **Diário Oficial do Município de Dourados, nº 3.606 de 12 de Novembro de 2013.** Dourados: 2013.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. **Diário Oficial do Município de Dourados, nº 3.636 de 30 de dezembro de 2013.** Dourados: 2013.

DOURADOS. SEMAS. Decreto nº 1.289, de 28 de agosto de 2014. **Regimento Interno do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.** DOURADOS: 2014.

DOURADOS. SEMAS. **Plano de Ação do CRAS Jóquei Clube.** DOURADOS: 2023.

FERLA, Ledi. **A Política de Assistência Social como alicerçadora das Seguranças Sociais: análise da gestão municipal do CRAS Cachoeirinha, em Dourados/MS.** Editora Dialética, São Paulo, 2023.

KOGA, D. H. U. **Cidades Territorializadas entre Enclaves e Potências.** Tese (Doutorado em Serviço Social) PUC SP. São Paulo, 2001.

SILVA, João Lucas Zanoni. **A Imigração Venezuelana para o Brasil: do ingresso em Pacaraima – RR ao início da interiorização em Dourados – MS.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2019, 245 p.

CNAS. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Reedição. Brasília: 2014.